

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Do Sr. Marcelo Calero)

Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre o cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente.

Senhor Presidente,

Tendo como base os termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de requerimento de informação sobre o cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente, nos seguintes termos:

Questionamentos específicos ao Ministro das Relações Exteriores

1. Como o Ministério entende o risco de desmatamento? Qual é o histórico de trabalho governamental para mitigação desse risco na pauta comercial?
2. Qual o impacto do aumento do desmatamento e das queimadas em 2019 na aceitação dos produtos e serviços brasileiros no exterior até o momento?
3. Baseando-se nos requisitos comerciais internacionais, quais as ações preventivas e preparatórias do Brasil para *compliance*?
4. Qual o plano de contingência e para evitar ou desfazer barreiras não tarifárias? Quais políticas/programas estão sendo implementadas para o cumprimento de cada um deles (incluindo o acordo com a União Europeia)?

5. Qual a compatibilidade das políticas nacionais com os requisitos comerciais internacionais vigentes?
6. Qual o impacto das políticas ambientais atuais para a "marca Brasil"? Como o Ministério entende o histórico de aceitação internacional da "marca Brasil" e como define o momento atual?
7. Qual é o planejamento estratégico, a governança e as medidas corretivas desenhadas neste governo para evitar o estabelecimento de barreiras não tarifárias? Quais são o orçamento e equipe dedicada a esse fim?
8. Que tipo de barreiras comerciais de natureza ambiental são impostas pelos principais parceiros comerciais do Brasil atualmente? Que barreiras adicionais são antevistas pelo MRE e pelo ME? O que o governo tem feito para reverter essas barreiras?
9. Qual o grau de risco de uma possível não ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia, em função da crise na área ambiental? Como a área responsável no MRE (Missão do Brasil na UE) está monitorando esse risco e quais as garantias necessárias para manter o acordo e prosseguir com sua rápida ratificação?
10. Quais os efeitos práticos de curto, médio e longo prazo de uma possível não ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia, em função da crise na área ambiental?
11. Quais os efeitos práticos de um atraso na ratificação (1-5 anos)?
12. Quais são os outros acordos comerciais que poderão ser afetados por um eventual insucesso do Acordo Mercosul-União Europeia?
13. Quais requisitos ambientais o Brasil precisa cumprir para efetivar o Acordo Mercosul-UE?
14. Quais garantias ambientais o Brasil precisa oferecer para efetivar o Acordo Mercosul-UE o mais rápido possível?

15. Quais requisitos ambientais o Brasil (ainda) precisa cumprir para se tornar membro da OCDE?
16. Que tipo de ajustes em políticas ambientais o Brasil precisa realizar para: (a) acelerar a ratificação do Acordo Mercosul-UE? (b) tornar-se membro da OCDE? (c) celebrar acordos comerciais com os EUA, considerando parâmetros ambientais recentemente adotados por aquele país no tocante a tratados internacionais? (d) adequar-se aos principais mercados internacionais de commodities e bens exportados pelo nosso país?
17. Acordos recentes firmados na gestão do republicano Donald Trump incluíram previsões sobre proteção ao meio ambiente. É o caso do USMCA – o novo Nafta, renegociado entre Estados Unidos, Canadá e México. Qual o tipo de garantias que o Brasil vislumbra oferecer na seara ambiental para celebrar acordos comerciais com os EUA?
18. O governo atual questionou os dados do INPE e os denominou "manipulados" após a detecção de aumento no desmatamento em 2019. Boa parte das atividades do agronegócio brasileiro estão estabelecidas em áreas legais, como atestado pelos sistemas de monitoramento do INPE e também por sistemas independentes. Como o Brasil pretende oferecer garantias aos seus parceiros comerciais do efetivo cumprimento de requisitos ambientais se há dúvidas sobre as fontes oficiais de informação a esse respeito? Existe possibilidade de recuo nesse sentido? Qual é a estratégia para correção do sinal dado pelo governo?

Questionamento específico à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

19. Quais são os principais problemas identificados pelos compradores de produtos brasileiros no tocante à política ambiental? Como isso vem sendo transmitido para as áreas fins (Meio Ambiente, Agricultura, Energia e Mineração)?

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento de informação visa subsidiar o relatório que será produzido por esta Comissão Especial quanto ao cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente e aos impactos sobre precificação e aceitação dos produtos e serviços brasileiros no exterior em função da implementação das atuais políticas ambientais.

Em 2019, em virtude da escalada do desmatamento e da crise de queimadas no Brasil e na Bolívia, cresceu o alerta de um possível aumento das barreiras não tarifárias ligadas ao desmatamento. Isso tem o potencial de aumentar a exposição de empresas brasileiras a diversos riscos para atender aos requisitos do comércio internacional e, até mesmo, de afetar negativamente a balança comercial brasileira, altamente dependente das exportações da agricultura e da pecuária.

O objetivo final desta Comissão é apresentar à sociedade a atual situação ambiental no país, por meio de diagnóstico das políticas ambientais, e apresentar recomendações preliminares, normativas ou administrativas.

Diante do exposto, requer-se, com a urgência que se faz necessária, as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**